Singapura VI: execução, insolvência e solução de controvérsias

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

As cinco partes anteriores sobre Singapura descrevem como os ativos digitais são detidos, licenciados, tributados e mantidos limpos. Esta parte descreve o que acontece quando algo dá errado. Um fundador declara falsamente a tesouraria, a hot wallet de um custodiante é esvaziada, uma exchange suspende os saques, uma contraparte em Zug se recusa a cumprir, ou um regulador decide que um modelo de negócio tolerado durante três anos se tornou intolerável. Em cada uma dessas situações, o leitor precisa saber qual órgão baterá à porta, qual tribunal julgará a questão, que medidas cautelares existem e como uma ordem de Singapura chega à Suíça ou uma ordem suíça chega a Singapura.

O sistema de enforcement de Singapura tem três características que um leitor de tradição civilista deve ter em mente desde o início. A primeira é a concentração. Uma única autoridade de acusação, as Attorney-General's Chambers, controla toda a ação penal, ao passo que um único regulador integrado, a Monetary Authority of Singapore (MAS), controla todas as sanções do setor financeiro. A segunda é a rapidez. A General Division da High Court concede proprietary injunctions, ordens

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

de bloqueio de bens de alcance mundial (worldwide freezing orders) e ordens de exibição contra exchanges em poucos dias, muitas vezes por escrito e sem ouvir a parte contrária, de um modo que nenhum tribunal suíço consegue igualar. A terceira é o instrumental da equity do common law: constructive trusts, tracing (rastreamento de bens), medidas Bankers Trust e Norwich Pharmacal, que dão ao detentor de tokens lesado remédios que parecem exóticos a um advogado suíço, mas são rotina em Singapura.

O capítulo sobre insolvência ocupa posição especial. Entre julho de 2022 e novembro de 2023, os tribunais de Singapura trataram, em rápida sucessão, os pedidos de moratória da Vauld e da Zipmex e a gestão judicial provisória (interim judicial management) e posterior liquidação da Hodlnaut. No mesmo período, reconheceram a liquidação da Three Arrows Capital nas Ilhas Virgens Britânicas e concederam moratória à Babel Finance. Nenhum outro sistema judicial fora dos Estados Unidos produziu tanto direito da insolvência de ativos digitais em tão pouco tempo. As decisões estão reunidas aqui porque o leitor que estrutura um arranjo de custódia ou empresta a uma plataforma precisa entender como esses casos terminaram para os clientes.

Os capítulos seguem a sequência em que um litígio costuma se desenrolar: crime, investigação, medidas cautelares e rastreamento, insolvência, processo civil, arbitragem e, por fim, as sanções do próprio regulador. Tabelas comparativas colocam a posição de Singapura ao lado da posição suíça descrita na Parte H. As remissões apontam para a Parte J quanto ao direito de propriedade e de trusts subjacente, para a Parte K quanto ao perímetro de licenciamento e para a Parte L quanto aos deveres de prevenção à lavagem de dinheiro, que aqui são apenas resumidos na medida em que deles dependem os crimes.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.